

PESQUISA DE OPINIÃO PÚBLICA NACIONAL

***O CIDADÃO E O
CONGRESSO NACIONAL***

Novembro/2008

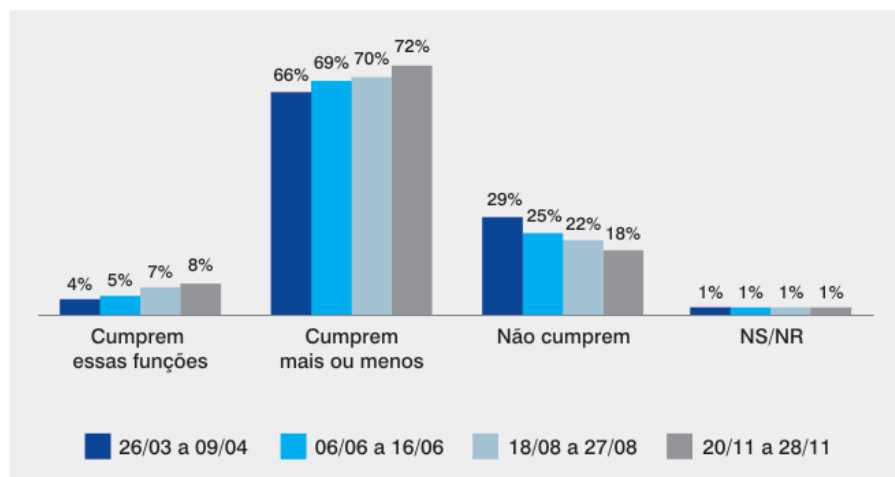


Melhora avaliação do Senado

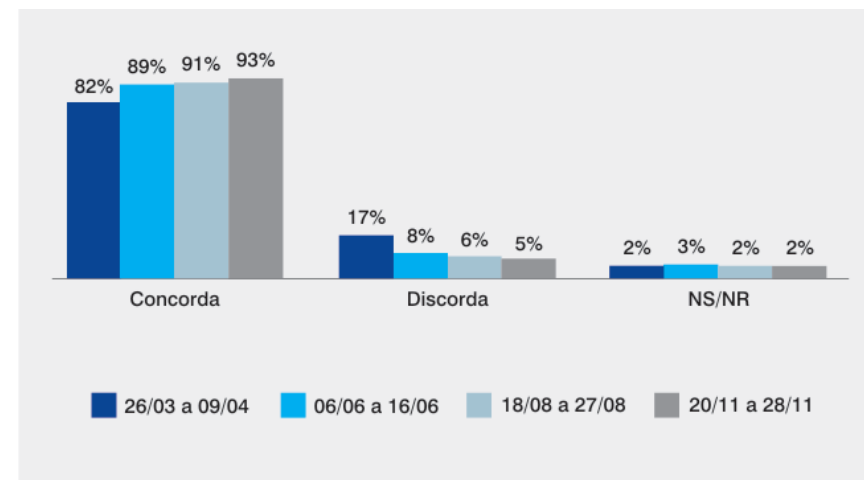
O DataSenado realizou pesquisa de opinião nacional de 20 a 28 de novembro. Foram ouvidas por telefone 1.092 pessoas acima de 16 anos, com acesso a telefone fixo, residentes em capitais brasileiras. Ao todo, em 2008, foram realizados quatro pesquisas para acompanhar a evolução da opinião pública sobre o desempenho do Poder Legislativo.

A avaliação dos entrevistados sobre a forma como os senadores cumprem suas funções melhorou gradativamente durante o ano. Em março, 70% consideravam que os parlamentares cumpriam ou cumpriam mais ou menos suas funções. Já em novembro, esse percentual subiu para 80%. Aumentou também para 93% o percentual de pessoas que consideram as decisões do Senado importantes para o país.

O Senado tem como principal função fazer leis e fiscalizar as ações do governo. Os senadores:



As decisões do Senado são importantes na solução dos problemas do País



Aumenta nota dos Senadores

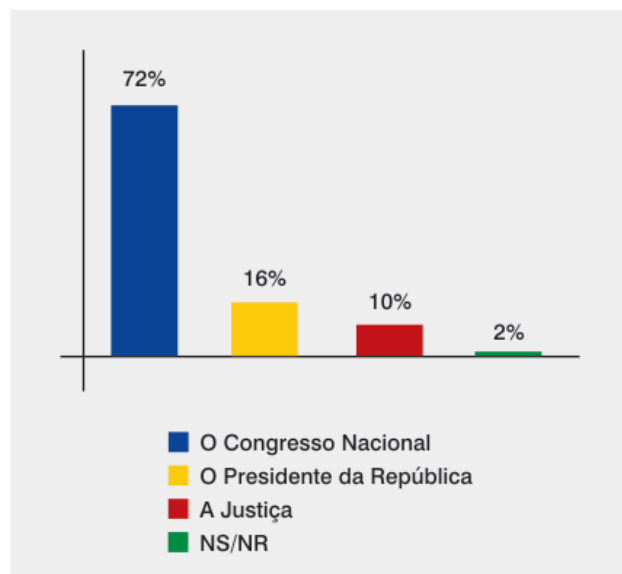
Solicitados a avaliar o trabalho dos atuais senadores, num escala de zero a dez, os entrevistados deram nota média de 5,6 ao desempenho dos parlamentares. As notas com os maiores percentuais foram 5, 6 e 7, com 25%, 15% e 20%, respectivamente.

A avaliação dos senadores aumentou em relação às pesquisas anteriores: a nota média foi 4,8, em março, 5,1, em junho, e 5,2, em agosto.

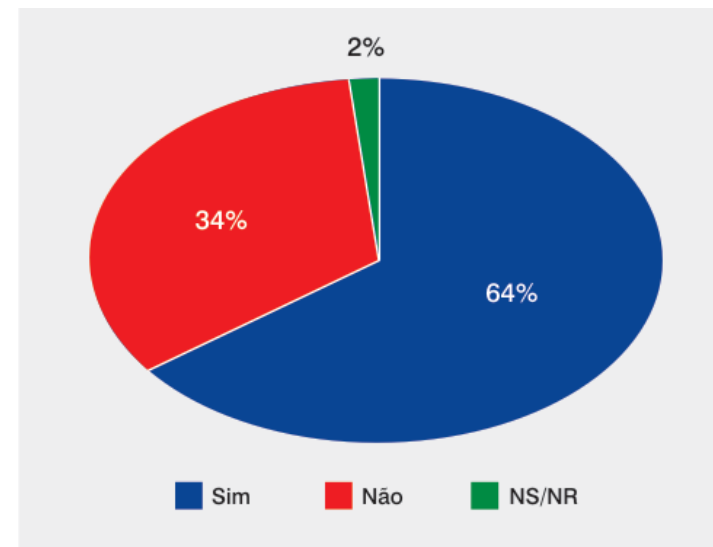
Legislar é função do Congresso

Ao serem questionados sobre a elaboração de leis, 72% dos entrevistados afirmaram que cabe ao Congresso Nacional a tarefa de legislar. A pesquisa também indagou sobre a prerrogativa constitucional concedida ao Presidente da República de editar MPs. Para 64%, o Chefe do Executivo assume, ao propor Medidas Provisórias, uma função que é do Congresso Nacional.

Quem é o principal responsável pela elaboração de leis no Brasil?



Ao editar uma Medida Provisória o Presidente da República assume uma função que é do Congresso Nacional?

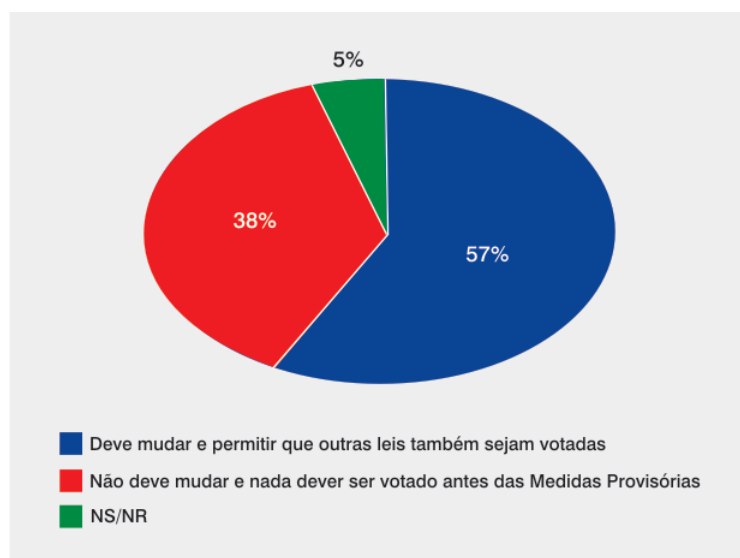


Mudanças na tramitação das MPs

Até outubro de 2008, o Presidente da República enviou ao Congresso Nacional 35 MPs. As Medidas Provisórias paralisaram o trabalho do Congresso: das 104 sessões realizadas, em 74 a pauta de votações foi trancada pelas MPs.

Para 57% das pessoas ouvidas deve haver mudança na regra que estabelece a prioridade da Medida Provisória e seu poder de trancar a pauta de votação. Outros 38% defendem a manutenção da regra e acham que nada deve ser votado antes das Medidas Provisórias enviadas pelo Presidente da República.

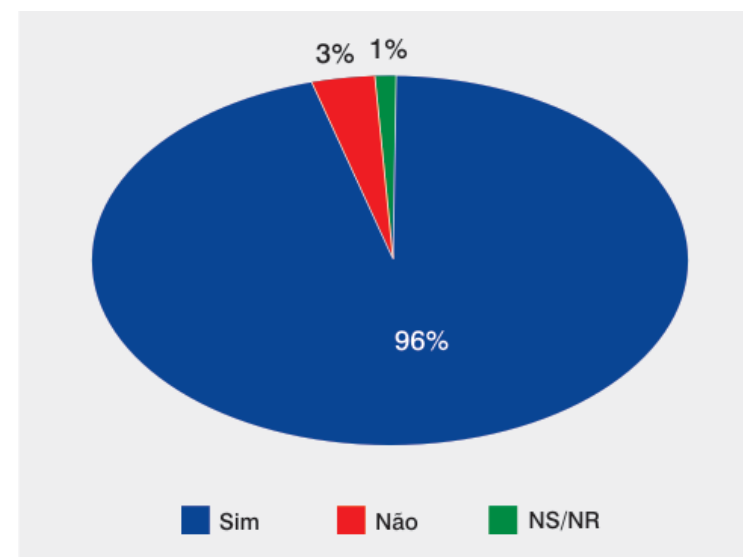
Quando chega ao Congresso, a Medida Provisória tem prioridade e nada pode ser votado antes dela. Essa regra:



Congresso deve avaliar urgência e relevância das MPs

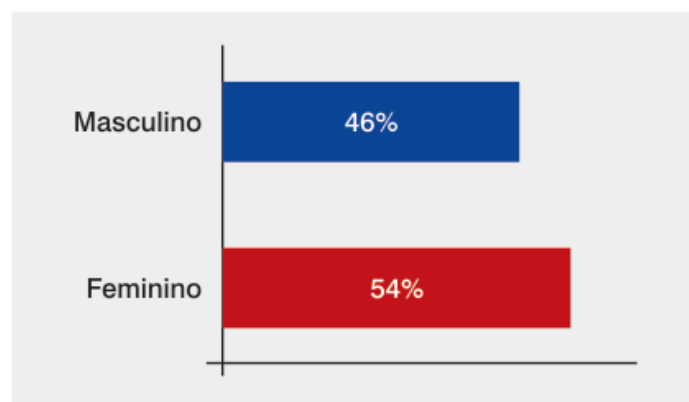
Os resultados demonstram também que para 96% dos entrevistados a urgência e relevância das Medidas Provisórias devem ser avaliadas pelo Congresso Nacional. Hoje, apenas o Presidente da República tem o poder de decidir se o conteúdo das MPs é relevante e urgente.

O Congresso também deve avaliar se o conteúdo das Medidas é realmente urgente e importante?

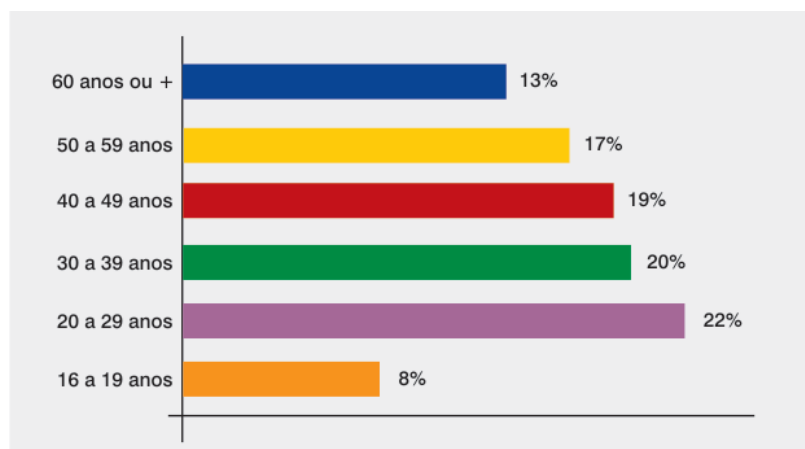


Perfil dos entrevistados

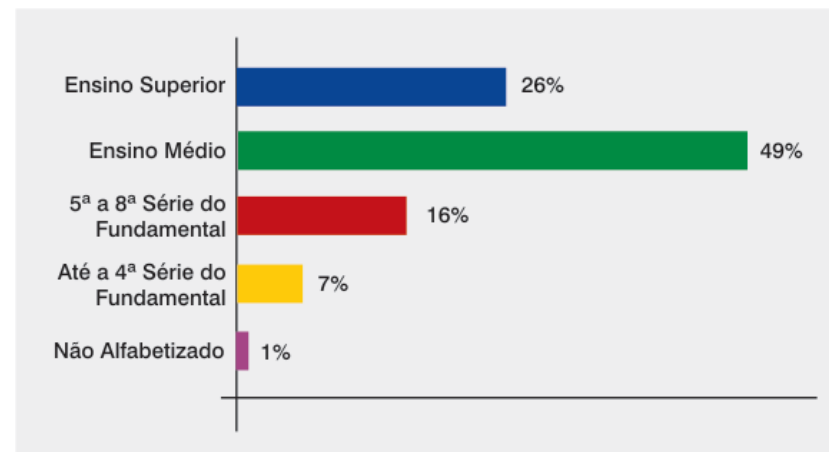
Sexo



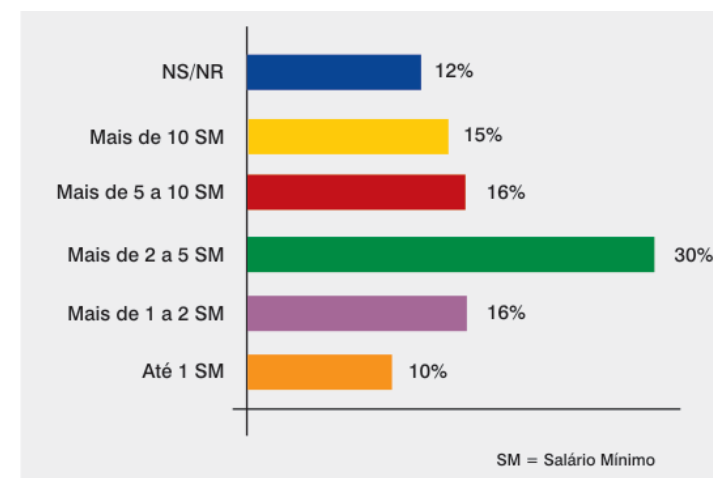
Idade



Escolaridade



Renda Familiar



DADOS TÉCNICOS

Pesquisa: Pesquisa de opinião pública nacional por telefone

Universo: Eleitores e potenciais eleitores brasileiros que possuem acesso a telefone fixo em capitais brasileiras

Entrevistas: 1.092 entrevistas

Plano amostral: Sistema de estratificação

Ponderação: Sexo e Estado

Municípios: 27 capitais

Técnica de coleta: Entrevista estruturada por telefone

Margem de Erro¹: 3%, para mais e para menos

Nível de confiança: 95%

Período de campo: de 20 a 28 de novembro de 2008

REALIZAÇÃO

DataSenado

Secretaria de Pesquisa e Opinião Pública do Senado Federal

Secretaria Especial de Comunicação Social

Helival Rios Moreira

Secretaria de Pesquisa e Opinião Pública

Elga Lopes

Ana Lucia Novelli

Coordenação DataSenado

Antonio Carlos Burity

Equipe Técnica

Karla de Castro Arantes Duarte

Liu Lopes

Equipe de Estatística

Alan Ioshikazu Ofuji

Raissa Fernandes Marinho

Nota 1: Devido a arredondamentos e/ou múltiplas respostas, a soma dos percentuais de algumas tabelas poderão apresentar valores diferentes de 100.